





Estabilidade política e jurídica

Continuidade de projetos apesar de mudanças de governos.

Zoneamento Ecológico e Econômico assegura estabilidade aos investimentos. Indica o que pode ou não pode em cada região do estado.

Legislações de incentivos para instalação de investimentos no estado.



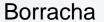




Cadeias Produtivas Prioritárias

(Base Aptidão)







Castanha



Manejo Florestal Comunitário



Manejo de Uso Múltiplo



Óleos



Sementes



Fibras naturais



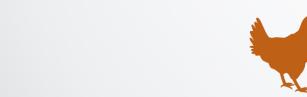
Açaí nativo/ cultivo



Mandioca



Leite



Frango



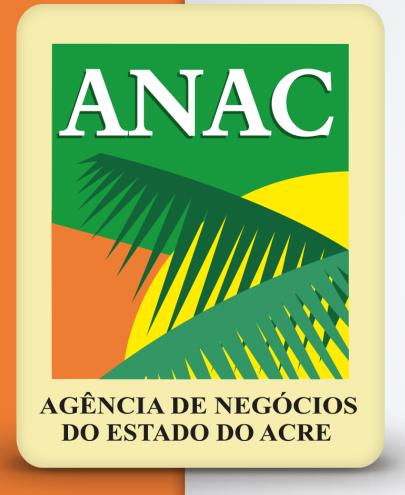
Carne



Peixe



ANAC



É uma Sociedade de Economia Mista, cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 1.351, de 29 de dezembro de 2000, com seus atos constitutivos homologados na Junta Comercial do Estado do Acre em 10 de setembro de 2003 e tem como objetivo principal de atrair e promover negócios para o desenvolvimento do Estado do Acre, conforme art. 2º da lei estadual nº 1.351, de 29 de dezembro de 2000.



Quadro de Acionistas

Bonal S. A

CNPJ 43.151.984/0001-

0.03810% Federação da Industria do Acre

CNPJ 14.366.215/0001-35

Ações em

Tesouraria

0.05714%



14

0,3810 % C. V. Ferreira

CNPJ

02.530.497/0001-85

0.00571 % Merc. Sulatina

CNPJ

34.704.163/0001-53

Gilberto

Siqueira

CPF 176.749.801-20

(ANAC)

Novo Acre

ANAC

Governo do **Estado** (Via SEDENS)

99,78476 %

Agência de Negócios CNPJ 05.899.982/0001-19



DECRETO Nº 5.943 DE 18 DE JUNHO DE 2013

DECRETA Art. 1º A representação do Estado, como acionista ou cotista, em sociedades de economia mista e em empresas, é exercida pelo titular da Secretaria de Estado ao qual estejam vinculadas, na forma do art.16 da Lei Complementar Estadual nº 247, de 17 de fevereiro de 2012, ou de Leis especificas Parágrafo Único. Em assembleias, mediante requerimento, o Secretário de Estado será acompanhado por Procurador do Estado, o qual exercera a consultoria da unidade federada.

LEI N. 1.557, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2004

"Art. 2º A ANAC, por deliberação em assembleia geral, poderá participar da constituição acionária de empresas privadas de caráter estratégico.

- Mecanismo de controle da Agencia de Negócios para com as Empresas Coligadas:
- a) Participação no Conselho de Administração;
- b) Balancete Trimestral;
- c) Auditoria externa semestral;







Fluxo de Atos necessário à constituição de uma Companhia ou S.A. - em dinheiro

Ofício da Casa Civil, PGE ou SEDENS (órgãos representantes do estado do acre) à administração da Agência de Negócios

Proposta da administração da ANAC de criação de uma

<u>Reunião</u> do conselho fiscal da ANAC, para análise e emissão de parecer

nova companhia

Reunião do Conselho de Administração da ANAC, para análise e <u>aprovação</u> sobre a proposta da administração da ANAC Elaboração do Estatuto Social da Companhia.

Elaboração de lista (coletiva) ou boletim (individual) de subscrição de ações, com a(s) respectiva(s) assinatura(s) do(s) subscritor(es), com a(s) firma(s) devidamente reconhecida(s) por cartório competente.

Realização de Assembleia Geral de constituição da companhia, para aprovar ou eleger: (i) a constituição da companhia e sua respectiva denominação; (ii) o capital social inicial da companhia; (iii) o estatuto social da companhia; (iv) os membros do conad; (v) os membros da diretoria; (vi) o diário oficial do estado - doe e um jornal local de grande circulação, para a realização de publicações legais.

<u>Proceder</u> ao registro dos atos constitutivos da companhia na junta comercial do estado do acre – JUCEAC.





Realização de *depósito* no Banco do Brasil S.A., Em dinheiro, do valor correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital subscrito (art. 80, incs. Ii, Isa).

Fluxo de Aumento de Capital em Bens

Criação de lei estadual, autorizando a incorporação de bens na companhia, para fins de aumento do conital

Decreto governamental, autorizando o aumento de capital

Laudo de avaliação dos bens

Proposta do acionista estado do acre de aumento de capital, através de incorporação de bens Reunião do conselho de administração para manifestação sobre a proposta da administração de aumento de capital, com

Reunião do Conselho Fiscal, para análise e emissão de parecer sobre a proposta da administração de aumento de capital, através de incorporação de bens Capital

Proposta da administração de aumento de capital, através de incorporação de Assembleia geral
extraordinária de
acionistas para
nomeação dos três
peritos que avaliarão os
bens a serem
incorporac

Assembleia geral
extraordinária de
acionistas para
aprovação do laudo de
avaliação dos três peritos
que avaliaram os bens a
serem incorporados e
homologação do aumento





Aumento de capital na empresa coligada

Proposta da administração da ANAC de aumento de capital na empresa coligada

Reunião do conselho fiscal da ANAC, para análise e emissão de parecer sobre a proposta da administração de aumento d'ambital

Reunião do conselho de administração para aprovação sobre a proposta da administração de

aumento de capita

Reunião do conselho fiscal, para análise e emissão de parecer sobre a proposta da administração de

Proposta da administração da coligada de aumento de

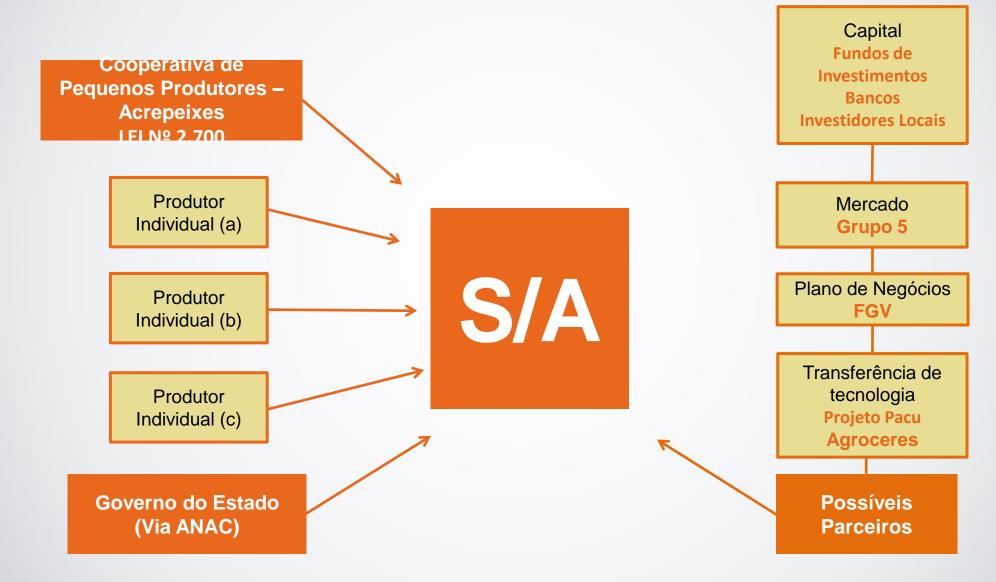
Proposta da ANAC de aumento de capital apresentada à empresa coligada Reunião do conselho de administração para manifestação sobre a proposta da administração de aumento de capital, com parecer do conselho fiscal

Assembleia geral
extraordinária de
acionistas para aprovação
do aumento de capital em





Modelo de Gestão







Cadeia Produtiva de Proteína Animal















Cadeia Produtiva da Madeira





Lei Nº 2.702 de 26

de Março de 2013





Desta forma, para fundamentar referida locação, utilizamos como base o artigo 24, X, da Lei 8.666/93, aplicando-o por analogia ao caso em questão.

Art. 24. É dispensável a licitação:

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

Desta forma, no caso em concreto, a locação atende às finalidades precípuas da ANAC (fomento mercantil e social), atende às necessidades de instalação e localização. Ademais, o valor da locação é compatível com o valor de mercado, o qual foi precedido de avaliação.

Outrossim, cumpre salientar que a programação da participação da ANAC no empreendimento prevê a futura integralização do Complexo Industrial ao capital social da SOAR, à medida que os demais sócios aumentem suas participações.







Sinergia com outras Cadeias Produtivas







Impacto Social:

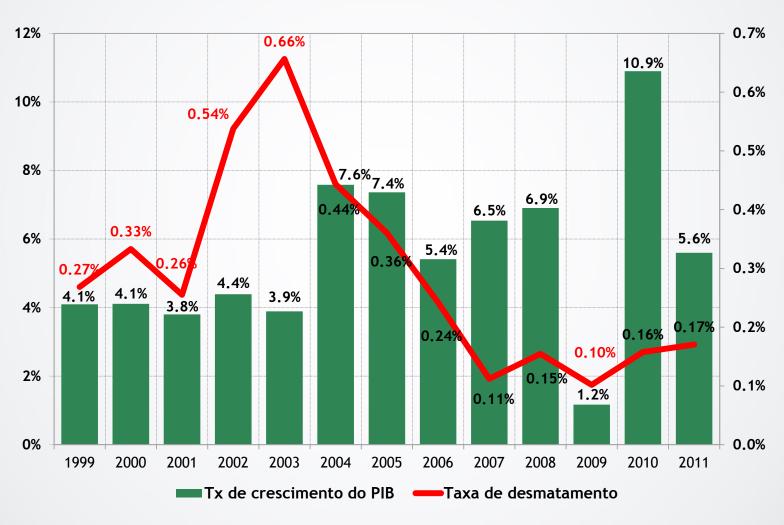
Sustentabilidade ambiental: uso nais eficiente do solo para produção de alimentos, com implantação de Unidades de Engorda (Granja, tanques, apriscos, Galpões) em áreas já desmatadas e oferecendo maior renda mensal para

Social: inclusão social através da participação, ao longo da cadeia, de agricultores familiares. Programa governamental de apoio a produção primária.





Taxa de crescimento do PIB e taxa de desmatamento no Acre, entre 1999 e 2011







Fonte: IBGE e INPE

Lei 2308 de 2010

Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais - SISA

Regulação do clima

Sequestro, estoque e fluxo de carbono





Conservação da água e recursos



Valoração da cultura do conhecimento tradicional



Conservação e melhoramento do solo



Beleza cênica



Programa ISA-Carbono

Promover a redução progressiva, consistente e de longo prazo das émissões de gases de efeito estufa oriundas de desmatamento e degradação florestal, bem como o sequestro resultante de atividades de reflorestamento.

Critérios Metodologicos Registro dos Créditos de Carbono

Medição

Verificação

Transparência

- Quantificação
- Rastreabilidade





